



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTRAB  
AO PROJETO DE LEI Nº 3.042, DE 2024**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que as entidades beneficentes de assistência social certificadas e as entidades privadas sem fins lucrativos que preencham os requisitos do art. 2º, I, "a", da Lei nº 13.019, tenham direito ao benefício da justiça gratuita mediante simples declaração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 99 .....

.....

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por:

I – pessoa natural;

II - entidade beneficente certificada que presta serviços nas áreas de assistência social, de saúde e de educação e que atenda, cumulativamente, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021;

III – entidade privada sem fins lucrativos que preencha os requisitos do art. 2º, I, "a", da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

.....  
" (NR).





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

Art. 2º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 –  
Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar com as seguintes  
alterações:

“Art. 790. ....

§ 5º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de  
recursos deduzida por:

I – pessoa natural;

II - entidade beneficente certificada que presta serviços nas  
áreas de assistência social, de saúde e de educação e que  
atenda, cumulativamente, aos requisitos do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021;

III – entidade privada sem fins lucrativos que preencha os  
requisitos do art. 2º, I, "a", da Lei nº 13.019, de 31 de julho de  
2014.” (NR).

“Art. 899.....

§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da  
justiça gratuita, as entidades beneficentes certificadas que  
prestam serviços nas áreas de assistência social, de saúde e  
de educação e que atendam, cumulativamente, aos requisitos  
do artigo 3º da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro  
de 2021, e as empresas em recuperação judicial.

.” (NR).

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 2025.

Deputado **LEO PRATES**  
Presidente

